



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2022 a 30/04/2022

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/6

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/04/2022-17:16
Publ.: DCD 07/04/2022 -	PEDRO PAULO-PSD -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reassunção do mandato parlamentar pelo orador. Reorganização pelo Parlamentar das contas da Prefeitura do Rio de Janeiro, à frente da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento. Comprometimento do orador com a pauta fiscal. Realização das reformas tributária e administrativa. Contentamento com o ingresso nas fileiras do PSD.

O SR. PEDRO PAULO (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Charles Fernandes. É um prazervê-lo presidindo esta sessão.

Quero saudar os companheiros Deputados e Deputadas e dizer que estou de volta ao Parlamento, com um mandado que honrosamente me deram cariocas e fluminenses em 2018. Mas, durante 1 ano e 3 meses, eu tive como missão, delegada pelo Prefeito Eduardo Paes, da cidade do Rio de Janeiro, ser o Secretário de Fazenda e Planejamento.

Durante 1 ano e 3 meses, colocamos a casa em ordem. A Prefeitura estava praticamente quebrada, com quase 7 bilhões de reais em dívida. Nós transformamos aquilo que era caos em uma Prefeitura organizada, que cumpre regras fiscais, que tem planejamento, que sabe aonde quer chegar e que começa a devolver aos cariocas bons serviços à altura da expectativa que o carioca merece.

Mas estou de volta ao Parlamento, de volta aos temas que marcaram a minha história nesta Casa, Presidente, como, por exemplo, a pauta fiscal, que é a minha especialidade, temas que acho importantes para o Brasil alcançar ainda mais responsabilidade com as suas finanças públicas, pois é com isso que se permite realizar investimentos em



infraestrutura, investimentos sociais.

Acho que há uma série de temas ainda pendentes, como reforma tributária, reforma administrativa. Precisamos trazer, por exemplo, elementos de meritocracia para a gestão pública, algo que fizemos na cidade do Rio de Janeiro e de que o Governo Federal ainda precisa estar à disposição.

Estou feliz por estar nas fileiras do PSD, um partido em que eu me sinto absolutamente à vontade, sob a liderança do Presidente Gilberto Kassab, e que tem essa bancada aguerrida, hoje com 46 Deputados.

Sinto-me também à vontade ideologicamente, porque é um partido de centro, um partido liberal do ponto de vista do olhar econômico, um partido progressista nas pautas sociais, sem qualquer tipo de conservadorismo radical, mas um partido que defende a democracia, que não vai transigir com qualquer vírgula que não seja a democracia, a liberdade individual e a garantia dos direitos que estão assegurados na Constituição Federal.

Presidente, estou animado com mais esse novo ciclo no Parlamento, esta Casa plural, que em vários momentos deu demonstração de grandeza, esta Casa propositiva. E eu, modestamente, nesta bancada, quero contribuir para a formulação de projetos que possam ajudar o Brasil, o meu Estado do Rio de Janeiro, os cariocas.

Obrigado, Presidente.

Documento 2/6

35.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/04/2022-15:08
Publ.: DCD 13/04/2022 -	VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Solidariedade à mobilização dos servidores públicos municipais de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Homenagem póstuma ao correligionário do orador, Adolfo Alves Ferreira.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de falar sobre a cidade



na qual resido e da qual tenho o título de Cidadão São-Bernardense.

Refiro-me a São Bernardo e destaco os acontecimentos que marcaram o nosso final de semana. O primeiro deles foi a grande mobilização feita pelos servidores públicos municipais, liderada pelo nosso companheiro Prof. Dinalton, durante todo o dia da sexta-feira.

Eu participei da assembleia final da categoria. Trata-se de uma luta importante, por cumprimento, por direitos, uma luta salarial. Eu senti naqueles servidores e naquelas servidoras uma luta pela qualidade do serviço para atender ao nosso povo.

Tratar bem servidor público é tratar bem o povo. A administração de São Bernardo não respeita os servidores públicos, não respeita o sindicato, não dialoga, não faz acordo, não constrói uma solução que dê satisfação para os trabalhadores. Por isso, milhares de pessoas foram às ruas na Marechal, na Praça Santa Filomena. Eu quero manifestar a minha solidariedade a esses servidores e a essas servidoras, que lutam por respeito, que lutam por condições de vida.

Esta Casa não pode cometer o crime de aprovar a PEC 32, porque ela significa o fim do serviço público de qualidade, fere os princípios administrativos, transforma servidor público em cabos eleitorais e o Estado em uma grande agência dos interesses econômicos internacionais. Por isso, registro a minha solidariedade a essa categoria dos servidores de São Bernardo, altamente comprometidos com o nosso povo lutador, por quem tenho profundo respeito.

Sr. Presidente, quero homenagear o nosso querido companheiro Adolfo Alves Ferreira e lamentar seu falecimento. Ele foi sepultado na última sexta-feira. Era morador de Rudge Ramos, era um grande militante, em todas as horas, persistente, um homem de coragem, carregado de dignidade, com uma família linda.

Nosso querido companheiro Adolfo era daqueles que sentia a dor dos outros. Quero saudar toda a sua comunidade, a sua esposa, os amigos que atuavam com ele no núcleo Rudge Ramos. A última vez que eu o encontrei discutimos como fortalecer os núcleos de base do nosso Partido dos Trabalhadores, como chegar à comunidade, como falar com a nossa gente, como ouvir o nosso povo e como fortalecer a nossa batalha. Na batalha que se aproxima, nós vamos homenagear o nosso querido Adolfo com a eleição do Presidente Lula, de Haddad, e com o aumento da nossa bancada de Deputados e Deputadas Federais deste País, que representa com tanta dignidade a nossa gente.

Estimado Adolfo Alves Ferreira, os seus ideais permanecerão vivos entre nós. A luta continua por um mundo mais justo, em que o

fundamental é o valor humano, a dignidade humana e um Brasil de todos e para todos.

Estimado Adolfo, presente!

Obrigado, Presidente.

Documento 3/6

Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/04/2022-
CD 16:04
Publ.: DCD - 13/04/2022 - JONES MOURA-PSD -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS PELO ORDE
BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de terceirização dos serviços prestados pelas guardas portuárias.

O SR. JONES MOURA (PSD - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aqui falar da Guarda Portuária, setor estratégico da segurança pública na área portuária do nosso Brasil. A Guarda Portuária é a autoridade que faz a fiscalização de tudo que entra em nosso País.

Nós temos essa autoridade portuária atuando em diversos Estados do nosso Brasil nas áreas de mar, nas áreas aonde chegam as drogas, aonde chegam os fuzis, as armas dos traficantes, as armas das facções criminosas. Ali, Presidente, há esse controle, que é exercido por homens e mulheres concursados.

São servidores públicos que agem como fiscais e protetores da nossa sociedade, de tudo aquilo que entra pelos portos do nosso Brasil.

O problema é que nós, o Congresso Nacional - e eu quero aqui pedir perdão à sociedade -, assistimos à privatização do Porto de Vitória. E, quando se privatizam setores estratégicos que fiscalizam essas questões relacionadas a drogas, lavagem de dinheiro, entrada de armas no Brasil, fragiliza-se esse policiamento portuário, essa autoridade que faz a fiscalização. Ao privatizar, quem vai trabalhar ali? Este, inclusive, Presidente, era o problema da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020: permitir a privatização de serviços que são exclusivos de servidores públicos. O problema é que aquele que tem agora a carteira assinada de uma empresa em uma área portuária de Vitória, se ali for a ele dada uma ordem para fazer vista grossa a um contêiner que vem de um navio, ele vai temer pelo seu emprego, coisa



que não aconteceria com uma guarda portuária concursada.

Presidente, diante disso, eu quero alertar este Congresso quanto a esse perigo. Não é um problema somente da categoria de guardas portuárias do nosso Brasil. É um problema sério para a nossa sociedade brasileira. Não podemos deixar a fiscalização dos nossos portos nas mãos de empresas. Isso gera assédio moral, que gera o afrouxamento da fiscalização.

Para concluir, Presidente, eu quero dizer que nós já pedimos aqui agenda, estamos avançando com o Ministro da Infraestrutura e outros Ministros ligados a essa questão, e nós não vamos permitir que em nossos portos haja privatizações, ainda mais em um setor estratégico como o da segurança pública, a que pertencem os nossos guardas portuários. A eles reitero o nosso compromisso de que vamos lutar até o final para que seja mantido esse trabalho de fiscalização, que tem que ser feito por servidor público. Em breve, traremos mais informações.

Presidente, solicito a V.Exa. que essas palavras sejam publicadas nos veículos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 4/6

37.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/04/2022-17:40
Publ.: DCD 19/04/2022 -	- LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Apoio ao movimento grevista dos servidores públicos federais por recomposição salarial.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste neste momento pela TV Câmara, eu, na qualidade de servidor público federal já há 15 anos, gostaria de me dirigir aos servidores e às servidoras públicas federais das universidades federais, como é o meu caso, dos Institutos Federais, do INSS, da administração indireta, enfim, dos diversos órgãos que fazem parte do serviço público federal, que cumprem o papel importante de cuidar do



nosso povo brasileiro, executando as políticas públicas.

Muitos desses segmentos, Sr. Presidente, neste momento, encontram-se paralisados, em greve. Estavam mobilizados, encontram-se mobilizados, buscando justiça salarial, reposição salarial. Nós estamos falando de um período de mais de 5 anos, quase 6 anos, em que esses servidores vêm tendo seus salários corroídos pela inflação no nosso País. E, diga-se de passagem, a inflação neste mês de março bateu recorde - o agregado de 12 meses -, em 28 anos. O atual Governo é recordista em inflação, Deputado Pedro Uczai, em 28 anos!

Portanto, os servidores e as servidoras públicas, quando vão a um posto de gasolina - a média agora do combustível está em 7,50 reais, mais um recorde negativo deste Governo -, ficam deprimidos; quando vão ao supermercado - e o preço dos alimentos inclusive está subindo acima da inflação -, ficam deprimidos. Com o preço do gás de cozinha, ocorre o mesmo, e com a energia elétrica, da mesma maneira. Não está dando! Esta é uma situação deplorável, a que vivem os nossos servidores e servidoras públicas.

Com o Governo atual, os salários vêm sendo corroídos na ordem de 20% a 30%, e o Governo apresenta uma proposta de reajuste de 5%. É uma vergonha! Literalmente, é uma vergonha! Diga-se de passagem, no caso dos policiais federais, dos policiais rodoviários federais e dos policiais penais federais, o Presidente Bolsonaro enganou essas categorias. Prometeu um reajuste da ordem de 20% a 30% e deu o reajuste linear de 5%. Portanto, este Governo não precisa mostrar mais nada, é inimigo do servidor público. Aquele discurso de 22 de abril de 2021 do Ministro Paulo Guedes, o de que ia botar granada no bolso do inimigo, aquele discurso é verdadeiro, muito verdadeiro!

E o Governo, Deputada Erika Kokay, vem dizer que não tem dinheiro, mas tem dinheiro para o orçamento secreto aqui, para irrigar os Deputados Federais em ano de eleição, 18 bilhões de reais. Tem dinheiro para os *kits* escolares das escolas *fake* e para o superfaturamento de ônibus escolares. Tem dinheiro para aquelas imoralidades que nós estamos vendo lá nas Forças Armadas. E tem dinheiro para a CODEVASF, para esse bolsão da CODEVASF.

Isso é uma vergonha! Isso é falta de respeito com os nossos servidores e servidoras públicas, que servem muito bem, com honestidade e com honradez, a este País e precisam ser respeitados pelo atual Governo. Infelizmente, esta é a política do atual Governo, que queria fazer uma reforma administrativa - a PEC 32 - para acabar, para literalmente destruir o serviço público no nosso País. Mas não conseguiu, porque, felizmente, os Deputados aqui desta Casa não vão aprovar esse tipo de medida, que literalmente destrói o serviço público brasileiro.



Então, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vamos continuar na luta, nas trincheiras, com os nossos servidores e servidoras públicas federais, na luta por justiça salarial, por melhores condições de trabalho, por concurso, inclusive, porque eles estão numa situação de trabalho muito ruim. Precisam de respeito.

Eu peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 5/6

40.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2022-	
	CD 11:16	
Publ.: DCD - 21/04/2022 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.730, de 2020, sobre a instituição do Mês de Conscientização da Doença de Parkinson, e a escolha da tulipa vermelha como seu símbolo. Vinculação entre a morte de 661 mil brasileiros pela Covid-19 e à recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacina contra a doença em tempo hábil. Tentativa do Governo Federal de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, relativa ao congelamento, por 20 anos, dos investimentos governamentais na área social; de valorização do Sistema Único de Saúde - SUS; e de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, acerca da instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a nossa bancada parabeniza a Deputada Carmen Zanotto pelo parecer e o Deputado Ricardo Izar pela proposição. Parabenizamos também a Frente Parlamentar pelo trabalho que dá visibilidade, através de um projeto de lei, à doença de Parkinson!

Nós votaremos favoravelmente ao projeto nesta época de profunda desresponsabilização com a política pública na área da saúde, com a proteção da vida, que está sendo negada para milhões de brasileiros. Uma decisão irracional e política deste Governo sobre o tema da pandemia, da crise sanitária, proliferou o vírus e patrocinou a morte de mais de 660 mil brasileiros e brasileiras. Todas essas pessoas perderam a vida para a COVID devido à irresponsabilidade deste Governo, que não providenciou a vacina em tempo hábil, que negou a



ciênciа, que proliferou a cloroquina.

Este Governo não considera o Sistema Único de Saúde prioridade pública. Tentou aprovar a PEC 32, que destruiria, desmontaria as políticas sociais do Estado brasileiro. Graças à mobilização de servidores, de sindicalistas, do povo brasileiro, derrotamos a PEC 32 nesta Casa!

Precisamos defender a vida, defender a saúde neste período histórico de negação, de proliferação do sofrimento humano, de doenças e da própria morte, quando o Presidente da República é o grande responsável por esses mais de 661 mil mortos na pandemia. Somos o segundo país do mundo em número de mortos. Tem nome e tem história cada um e cada uma que perdeu a vida. Suas famílias sofrem essa perda.

A votação desse projeto é a esperança de trazermos à tona o debate da saúde, o fortalecimento do SUS, a revogação da Emenda Constitucional nº 95. Apresentei proposta de emenda à Constituição para revogar as determinações da EC 95 relativas à saúde, à educação, à segurança pública, à assistência social ou mesmo para revogá-la como um todo, porque, caso contrário, não teremos, no futuro, a proteção e a defesa da vida.

Queremos votar esse projeto, sim; revogar a Emenda Constitucional nº 95, sim; valorizar o SUS, o Sistema Único de Saúde, sim; e aprovar o piso nacional salarial das enfermeiras, das técnicas, das auxiliares de enfermagem, sim, como forma de valorizar essas profissionais. Assim, nós vamos defender, sim, a vida e a saúde.

Documento 6/6

46.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	27/04/2022-14:28
Publ.: DCD 28/04/2022 -	- PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Desapreço do Presidente Jair Bolsonaro aos servidores públicos. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Apoio à luta do funcionalismo público por reajuste salarial. Propósito do Presidente da República de desestruturação do Estado brasileiro e do Estado Democrático de Direito. Encaminhamento, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de requerimento de audiência pública para



discussão do reajuste salarial dos servidores públicos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já está devidamente comprovado que o Governo Bolsonaro não tem qualquer apreço ao servidor público, nenhum apreço. A maior prova disso é a chamada "reforma" administrativa que ele encaminhou para esta Casa, que significa ou significava a mais completa destruição do serviço público.

Seria o chamado Estado mínimo, a transferência de todas as responsabilidades públicas para a iniciativa privada.

Sr. Presidente, hoje os servidores federais estão reivindicando o justo reajuste salarial que o Governo Federal, que o Governo Bolsonaro prometeu em resposta ao congelamento de salários. O Presidente Bolsonaro enganou, inclusive, o pessoal da área da segurança pública, de quem recebeu grande apoio. Aliás, na reforma da Previdência, foi chamado aqui de traidor pelos servidores da Polícia Federal nos corredores da Casa. O Governo Bolsonaro mantém a remuneração dos servidores congelada. Os servidores da Previdência Social, do INSS, já fizeram movimentos. Os servidores do Banco Central iniciaram uma greve e a suspenderam em homenagem a um possível entendimento. A bem da verdade, o Governo Bolsonaro, sob a liderança do liberal Paulo Guedes - que tem conta em paraíso fiscal, conflitos de interesses, o que não lhe permitiria ser Ministro da Economia -, é aquele que defende o Estado mínimo, o teto de gastos, o arrocho salarial.

E eu venho a esta tribuna para dizer que tenho tido interlocução com os servidores públicos. Hoje mesmo recebi no gabinete servidores do Banco Central. Já conversei com os servidores da Previdência Social, com os auditores fiscais do trabalho, com os auditores da Fazenda e é uníssono: o Governo Bolsonaro não tem compromisso com o serviço público, não tem compromisso para com a população. Prega a destruição do Estado. Prega o fim, inclusive, do Estado Democrático de Direito.

Por isso, Sr. Presidente, encaminhei à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público - CTASP um requerimento para a realização de audiência pública, de modo que possamos aqui dar uma contribuição para que haja um verdadeiro entendimento, uma verdadeira negociação, e o Governo Bolsonaro não venha com miseráveis 5% para reajustar linearmente a remuneração dos servidores, mas sim que ele tenha um entendimento para promover o verdadeiro reajuste. Aí sim, Sr. Presidente, teremos a oportunidade de reconhecer a importância e o significado dos servidores públicos



federais.

Portanto, Sr. Presidente, não ao Governo Bolsonaro, sim aos servidores.

Sr. Presidente, peço que seja divulgado meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.
